

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIM-  
PLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRI-  
BUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA OAS EMPREEN-  
DIMENTOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora,

(a) **OAS EMPREENDIMENTOS S.A.**, companhia fechada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 903, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.324.922/0001-30, neste ato representada na forma do seu estatuto so-  
cial ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 2ª emis-  
são pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista"),

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com  
sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200,  
Bloco 4 – Grupo 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada  
na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e

(c) **OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**, companhia fechada, com sede na Cidade  
de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, n.ºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala  
904, CEP 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.811.848/0001-05, neste ato representada  
na forma de seu contrato social ("Garantidora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritu-  
ra da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária,  
para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Empreendimentos S.A."  
(respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures"), que será regido pelas se-  
guintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia  
Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 14 de junho de 2010 ("AGE"), na qual foram de-  
liberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de de-  
zembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").



*[Handwritten signature]*

1.2. Foram delegados pela AGE poderes à Diretoria da Emissora para (i) tomar todas as providências necessárias à implementação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo) autorizadas pela AGE; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessárias à formalização e efetivação das deliberações da AGE, inclusive, mas não se limitando, a firmar e, se necessário, aditar esta Escritura de Emissão, contratos e outros instrumentos relativos à Emissão e à Oferta Restrita (conforme definido abaixo), ressalvados aqueles que, por expressa disposição legal ou estatutária, sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral de Acionistas da Emissora.

## **Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS**

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA**

2.1.1 A Emissão será realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

2.1.2 A Emissão não será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação ("Oferta Restrita").

### **2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da AGE**

A ata da AGE que deliberou a Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Diário do Comércio.

### **2.3. Registro da Escritura de Emissão**

A Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.



## **2.4. Registro para Colocação**

2.4.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição por cada investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476.

## **Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

### **3.1. Séries**

A Emissão será realizada em série única.

### **3.2. Valor Total da Emissão**

O valor nominal total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definida, será de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) ("Valor Nominal Total").

### **3.3. Quantidade de Debêntures**

Serão emitidas 6.000 (seis mil) Debêntures.

### **3.4. Destinação de Recursos**

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados (i) ao resgate das notas promissórias comerciais objeto do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Promissórias Comerciais da Segunda Emissão da OAS Empreendimentos S.A.", celebrado em 03 de maio de 2010 e (ii) ao financiamento das atividades da Emissora, de acordo com seu objeto social.



### **3.5. Limite da Emissão**

A Emissão atende ao limite estabelecido no caput do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

### **3.6. Número da Emissão**

Esta Escritura de Emissão representa a 2ª emissão pública de Debêntures da Emissora.

### **3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador**

O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula e o agente escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente Escriturador na prestação dos serviços previstos nesta Cláusula.

### **3.8. Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## **Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Colocação**

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Coordenador Líder").

4.1.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) investidores qualificados, as-



sim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

#### **4.2. Data de Emissão das Debêntures**

Para todos os efeitos legais, a data de emissão corresponderá à data da primeira subscrição e efetiva integralização das Debêntures ("Data de Emissão").

#### **4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

#### **4.4. Forma e Conversibilidade**

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

#### **4.5. Espécie**

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

#### **4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição por meio dos procedimentos do SDT.



*[Handwritten signature]*

#### 4.7. Data de Vencimento

O vencimento das Debêntures ocorrerá em 15 de julho de 2014 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures.

#### 4.8. Amortização do Principal

As Debêntures serão amortizadas a cada 6 (seis) meses, em 5 (cinco) parcelas iguais e sucessivas, conforme indicado na tabela abaixo, sendo devida a primeira parcela no dia 15 de julho de 2012 (cada data de pagamento de principal, "Data de Pagamento de Principal"):

Datas e Porcentagens de Pagamento de Principal	
1ª) 15 de julho de 2012 – 20,0000% (vinte por cento)	2ª) 15 de janeiro de 2013 – 20,0000% (vinte por cento)
3ª) 15 de julho de 2013 – 20,0000% (vinte por cento)	4ª) 15 de janeiro de 2014 – 20,0000% (vinte por cento)
5ª) 15 de julho de 2014 – 20,0000% (vinte por cento)	

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

4.9.2. Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de taxa de 2,9% (dois vírgula nove por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Spread" e em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento.

4.9.2.1. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = [(Fator\ DI \times Fator\ de\ Spread) - 1] \times VNb$$

onde:

J = Valor unitário de juros, acrescido de "Spread", se houver, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



*[Handwritten signature]*

Fator de Spread = Fator de Spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, que será definido nos termos abaixo.

VNb = Valor nominal de emissão, ou saldo do Valor nominal após a última amortização ou incorporação de juros, se houver, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator DI* - Produtório das taxas DI Over, com uso de percentual aplicado, da Data de Emissão, incorporação ou último pagamento de juros, se houver, inclusive, até a data de atualização, pagamento ou vencimento, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais com arredondamento. O Fator DI é apurado de acordo com a fórmula:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n;

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

P – percentual de aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

$TDI_k$  - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.



Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI × Fator de Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento.

$$\text{Fator de Juros ou Fator de Spread} = \left\{ \left[ \left( \frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{d(c/u)p}{d(c/u)t}} \right\}$$

Fator de Spread = Fator calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

i = Taxa de Spread informada com 4 (quatro) casas decimais;

N = Número de dias de expressão da taxa, sendo, 252 dias úteis;

n = Número de dias úteis entre a Data de Emissão, incorporação, se houver, ou último pagamento e o próximo pagamento de juros.

d(c/u)t = Número de dias úteis entre a Data de Emissão, incorporação, se houver, ou último pagamento e o próximo pagamento de juros.

d(c/u)p = Número de dias úteis entre a Data de Emissão, incorporação, se houver, ou último pagamento e a data de atualização, pagamento ou vencimento.

4.9.3. A Remuneração será paga a cada 6 (seis) meses, conforme indicado na tabela abaixo, sendo devida a primeira parcela no dia 15 de janeiro de 2011 (cada data de pagamento de Remuneração, "Data de Pagamento de Remuneração").

Datas de Pagamento de Remuneração da Debênture	
1ª) 15 de janeiro de 2011	2ª) 15 de julho de 2011
3ª) 15 de janeiro de 2012	4ª) 15 de julho de 2012
5ª) 15 de janeiro de 2013	6ª) 15 de julho de 2013
7ª) 15 de janeiro de 2014	8ª) 15 de julho de 2014



*[Handwritten signature]*



4.9.3.1 O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração, e para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento de Remuneração, e termina na Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.9.3.2. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3.3. Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração.

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.4.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, no caso de extinção da Taxa DI, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.4.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1., referida Assembléia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.



*[Handwritten signature]*

4.9.4.3. Caso, na Assembléia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do valor das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, sobre qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração até a data do efetivo resgate. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente.

#### **4.10. Repactuação**

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### **4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão**

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP.



*[Handwritten signature]*

#### 4.12. Resgate Antecipado

4.12.1 A Emissora poderá, a qualquer momento, resgatar antecipadamente, parte ou a totalidade, das Debêntures nos termos da legislação aplicável, de acordo com o seguinte procedimento ("Resgate Antecipado"):

- (i) notificação enviada pela Emissora, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ao Agente Fiduciário e aos titulares de Debêntures, contendo a data e o procedimento de resgate;
- (ii) o resgate antecipado, total ou parcial, será feito por meio do pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, diminuída a parcela que já tenha sido amortizada na data do resgate, acrescido do valor da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente devida até a data do resgate; e
- (iii) no caso de resgate antecipado parcial, este se realizará mediante sorteio, nos termos do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, dispensado caso haja apenas um Debenturista.

4.12.2. Na hipótese de Resgate Antecipado, além do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, diminuída a parcela que já tenha sido amortizada na data do resgate, acrescido do valor da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente devida até a data do resgate, os Debenturistas que tiverem os seus respectivos títulos resgatados antecipadamente farão jus a prêmio observadas as seguintes condições:

- (i) caso o Resgate Antecipado ocorra até o término do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, a Emissora pagará aos titulares das Debêntures resgatadas prêmio equivalente a 0,3% incidente sobre o número total de Debêntures objeto do Resgate Antecipado, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate antecipado; e
- (ii) caso o resgate antecipado ocorra após o 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, a Emissora pagará aos titulares das Debêntures resgatadas prêmio equivalente a 0,2% incidente sobre o número total de Debêntures objeto do resgate antecipado, multiplicado pelo Valor Nominal Unitário atualizado até a data do efetivo resgate antecipado;



4.12.3. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.

4.12.4. Fica definido que qualquer que seja o critério acima, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, por meio de "operação de compra e de venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, de habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.12.5. A CETIP deverá ser comunicada da realização de Resgate Antecipado com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para sua realização.

#### **4.13. Vencimento Antecipado**

4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir mediante notificação, por escrito, o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão das Debêntures, até a data do seu efetivo pagamento, mediante carta protocolada ou carta com aviso de recebimento endereçado à sede da Emissora ("Notificação de Vencimento Antecipado"), na ocorrência das seguintes hipóteses:

(i) caso as declarações realizadas pela Emissora sejam falsas ou enganosas, ou ainda, de modo relevante, sejam incorretas ou incompletas;

(ii) ocorrência de qualquer incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Emissora, seja estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, salvo se aprovado previamente por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação, ressalvada a hipótese de reorganização societária em que os atuais acionistas controladores indiretos da Emissora permaneçam como tais;

(iii) descumprimento por parte da Emissora de suas obrigações junto aos órgãos de fiscalização governamentais de meio ambiente (CONAMA, IBAMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente), durante o período de vigência da Emissão;



*P*

(iv) inclusão, pela Emissora, em acordo societário de que participe e/ou no seu estatuto social, de dispositivo que importe em (a) restrições à sua capacidade de crescimento; e/ou (b) restrições de acesso a novos mercados; e/ou (c) restrições à capacidade de pagamento das obrigações financeiras assumidas perante os Debenturistas, inclusive o Coordenador Líder, em função da garantia firme prestada;

(v) aplicação irregular dos recursos oriundos da Emissão ou em destinação diversa da definida no âmbito da Emissão;

(vi) em relação à Emissora, pedido de autofalência ou de falência não elidido no prazo de 60 (sessenta) dias, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei;

(vii) não pagamento do principal, da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária devida às Debêntures na Data do Vencimento;

(viii) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

(ix) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

(x) redução superior ao percentual de 10% (dez por cento) do capital social da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação em Assembléia de Debenturistas;

(xi) protesto de títulos no valor unitário ou agregado de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora seja responsável, ainda que na condição de garantidora, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias corridos, salvo se por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou, ainda, se for contestado em juízo;

(xii) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora no montante individual ou agregado de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

(xiii) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura ali previsto, referente ao pagamento de qualquer dívida da Emissora no montante individual ou agregado de, no mínimo, R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou, ainda, se for contestado em juízo;



(xiv) rebaixamento da classificação de risco (*rating*) da Emissão a índice inferior a BBB-, conforme relatório emitido pela Fitch Ratings Brasil Ltda. ("Agência de Rating"), salvo se a Emissora em até 30 (trinta) dias, apresentar garantias de forma a manter a classificação de risco da Emissão em, no mínimo, equivalente à classificação BBB- da Agência de Rating ou de outra agência que a suceder, garantias estas que deverão ser aprovadas pelos Debenturistas; e

(xv) inobservância ou descumprimento, enquanto houver Debêntures em circulação, do seguinte índice e limite financeiro, que a Emissora obriga-se a cumprir semestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora:

Razão entre (i) Dívida Líquida e (ii) Patrimônio Líquido deve ser igual ou menor a 1,00,

sendo que:

"Dívida Líquida": corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, exceto (i) os financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação ("SFH"), inclusive aqueles com recursos provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo ("SBPE") e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS"); e (ii) as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras, de acordo com as informações semestrais consolidadas auditadas ou com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, conforme o caso; e

"Patrimônio Líquido": corresponde ao patrimônio líquido, acrescido da participação de acionistas não controladores, excluídos os valores da conta "Reservas de Reavaliação", se houver, de acordo com as informações semestrais consolidadas auditadas ou com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, conforme o caso.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (vi), (vii), (viii), (ix) e (x), do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembléia de Debenturistas, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.13.3. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas



*[Handwritten signature]*

poderão optar, em votação em separado, por deliberação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.3.1 Independente do disposto no item 4.13.3 acima e sem prejuízo do item 10.1 abaixo, a não instalação das referidas Assembléias de Debenturistas por falta de quorum, será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures de que são titulares.

4.13.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação que tiveram seu vencimento antecipado declarado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, em até 5 (cinco) dias contados da data em que for declarado o vencimento antecipado, considerando que todas as Debêntures serão pagas em uma única data, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14 abaixo.

#### **4.14. Multa e Juros Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês.

#### **4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



A handwritten signature in dark ink, consisting of stylized, cursive letters.

#### **4.16. Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Agente Escri- turador.

#### **4.17. Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação previs- ta nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem ne- nhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

#### **4.18. Publicidade**

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário do Comércio, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por A- ções. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondên- cia registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

#### **4.19. Fiança Corporativa**

4.19.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos titulares de Debêntures, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidari- amente responsável com a Emissora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.19.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e prin- cipal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais





obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral cumprimento das obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão.

4.19.3. O valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão será pago pela Garantidora no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Garantidora pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures. Tal notificação só poderá ser emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares de Debêntures (i) após a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão, respeitados eventuais períodos de cura ou (ii) quando da declaração do vencimento antecipado da Debênture nos termos desta Escritura de Emissão. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão para pagamentos pela Emissora fora do âmbito da CETIP.

4.19.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

4.19.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item.

4.19.6. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescida da Remuneração, dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

#### **Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

##### **5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais;



- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
  - (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima;
  - (iv) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (v) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento;
  - (vi) em até 10 (dez) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora;
  - (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário; e
  - (viii) em até 30 (trinta) dias após a divulgação do seu balanço patrimonial, relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do índice descrito no subitem (xv) do item 4.13.1. acima, devidamente assinado por representantes da Emissora.
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;



- (c) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (f) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (g) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (i) comparecer a Assembléias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e previamente aprovadas pela Emissora, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora;
- (q) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (r) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (s) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;
- (t) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;



- (u) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (v) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (w) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (x) manter os documentos mencionados na alínea (r) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos; e
- (y) contratar a Agência de Rating para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se, a partir de referida contratação, a (i) manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, a Agência de Rating para que esta divulgue relatório com periodicidade, no mínimo, anual; (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em circulação, a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco das Debêntures no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (iv) comunicar ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis, qualquer alteração da classificação de risco atribuída às Debêntures.

5.2. As despesas a que se refere o item 5.1 (o) acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas a Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que essas despesas devem ser razoáveis e compatíveis com os padrões existentes no mercado em que atua o Agente Fiduciário; e



- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

#### **Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão; e
- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo devida a primeira na data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes;
- (b) a remuneração do Agente Fiduciário prevista acima será devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (c) as parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão reajustadas anualmente ou na menor periodicidade permitida por lei pela variação acumulada IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de



Emissão até as datas de pagamento de cada parcela referente à remuneração do Agente Fiduciário, calculado *pro rata temporis*, se necessário; e

- (d) os honorários acima serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes em cada data de pagamento, tais como: (i) ISS (Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza), (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); e (iv) CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

6.4.1 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures, de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou descumprimento das disposições desta Escritura de Emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) procedimentos adotados para que a Emissora regularize suas obrigações; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, que deverá ser pago 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado.

6.4.2 A remuneração e as despesas reembolsáveis devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário, nos termos desta Escritura de Emissão, serão suportadas pela Garantidora em caso de inadimplemento da Emissora por um período superior a 30 (trinta dias).

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;





- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
  - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - b. alterações estatutárias ocorridas no período;



- c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
  - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
  - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
  - h. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares de Debêntures dentro dos quatro meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
  - b. na sede do Agente Fiduciário;
  - c. na CVM;
  - d. na CETIP; e
  - e. na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;



- (n) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.18 acima, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (q) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (r) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) acima, se a Assembléia Geral de Debenturistas assim autorizar nos termos do disposto



A handwritten signature, possibly "P", located to the right of the circular stamp.

no item 4.13 acima por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (d), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.



6.7.5.1. O Agente Fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.7.5.2. O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### **Cláusula Sétima – DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembléia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembléia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembléia Geral de Debenturistas caberá ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembléia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do artigo 71, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembléia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de



*[Handwritten signature]*

Debêntures que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembléias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) na Data de Vencimento; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; (iv) no quorum de deliberação das Assembléias Gerais de Debenturistas; ou (v) nas hipóteses de vencimento antecipado (item 4.13), deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem a unanimidade das Debêntures em circulação.

7.6.3. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

7.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembléias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.



## **Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA**

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do contrato de distribuição das Debêntures, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na le-



gislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;

- (g) as demonstrações financeiras e informações semestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Emissão, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (i) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé.
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições.

8.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula Oitava da Escritura de Emissão.

8.1.2. Sem prejuízo do disposto no item 8.1.1 acima, a Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.





## **Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

### **Para a Emissora:**

#### **OAS Empreendimentos S.A.**

Avenida Angélica, nºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 903

São Paulo – SP

CEP: 01228-200

At.: Sr. Ricardo Marques Imbassahy

Tel.: (11) 2124 – 6430

Fax: (11) 2124 – 1342

E-mail: ricardo.imbassahy@oas.com

### **Para o Agente Fiduciário:**

#### **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Av. das Américas, nº 4.200, Bloco 04, sala 514

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 22640-102

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br e trustee@pentagonotrustee.com.br

### **Para o Banco Mandatário:**

#### **Itaú Unibanco S.A.**

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100

São Paulo – SP

CEP: 04344 – 030

At.: Dalmir Nogueira Coelho

Tel.: (11) 5029-4610

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

### **Para o Agente Escriturador:**

#### **Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo – SP

CEP: 04538 – 133



At.: Dalmir Nogueira Coelho  
Tel.: (11) 5029-4610  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

**Para a Garantidora:**

**OAS Engenharia e Participações S.A.**

Avenida Angélica, nºs 2.330/2.346/2.364, 9º andar, sala 904  
São Paulo, SP  
CEP: 01228-200  
At.: Sr. Alexandre Louzada Tourinho  
Tel.: (11) 2124 - 6430  
Fax: (11) 2124-1392  
E-mail: tourinho@oas.com

**Para a CETIP:**

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar  
São Paulo, SP  
CEP: 01009-000  
At.: Gerência de Valores Mobiliários  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1563  
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

**Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão



de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

#### **Cláusula Onze – DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 5 (cinco) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 15 de junho de 2010

*[restante desta página intencionalmente deixado em branco]*



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos de Colocação, da OAS Empreendimentos S.A, celebrado em 15 de junho de 2010.



**OAS EMPREENDIMENTOS S.A.**

Nome: **Fábio Honi Yamamine**  
Cargo: **Diretor Financeiro**

Nome: **Carmine De Siqueira Neto**  
Cargo: **Diretor Superintendente**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Nome: **MARIZA LAGO ZANONI**  
Cargo: **PROCURADORA**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

**OAS ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Nome: **Alexandre Louzada Tourinho**  
Cargo: **Diretor Financeiro**

Nome: **Dilton de Cerqueira Paiva Filho**  
Cargo: **Líder Administrativo**

**Testemunhas:**

Nome: **Carlos Henrique de Araujo**  
RG: **43.513.514-3**  
CPF: **369.026.878-89**

Nome: **Marcos C. Cardoso**  
RG: **0668017561**  
CPF: **279.403.395-15**